

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A MULHER NEGRA COMO MAIOR ALVO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: um corpo marcado?

Anne Karolinne Silva Santos¹

RESUMO

O presente artigo visa analisar a relação da questão racial no fenômeno da violência obstétrica, dado que as negras estão mais suscetíveis a serem lesadas por esse problema. A partir disso, busca-se entender primeiramente como essa mulher está alocada na sociedade brasileira e imersa em concepções que as objetificam e subalternizam. Argumenta-se que essa aumentada predisposição se alicerça em preconceitos raciais, violência de gênero, naturalização de ações cientificamente infundadas, que tratam seus corpos como meros objetos, e na inexistência de um debate público, científico e governamental que busque mitigar essas ocorrências tão presentes na experiência gestacional de mulheres racializadas.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Mulher. Negra.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between the racial issue and the phenomenon of obstetric violence, since black women are the most frequently affected by this problem. From this, it seeks to first understand how this woman is crazy in Brazilian society and immersed in conceptions that objectify and subordinate them. It is argued that this greater predisposition is strengthened by racial prejudice, gender violence, naturalization of scientifically unfounded actions, which treat their bodies as mere objects, and in the absence of a public, scientific and governmental debate that seeks to mitigate these occurrences that are present in the world. Pregnancy experience of racialized women.

Keywords: Obstetric violence. Woman. Black.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência constitui desde os primórdios as relações sociais e adquire no processo de formação das organizações gregárias contornos inerentes do contexto em que se insere. Na realidade brasileira, a violência está presente para além da percepção efetiva, como o caso da violência física, manifestando-se também

¹ UFMA; Graduanda em Serviço Social; karolinne11090@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nos ataques às mulheres pela sua condição de gênero e raça. Ao se assentar nessas duas questões esse fenômeno adquire um caráter mais nocivo, uma vez que impacta nas condições de vida, sociabilidade e acesso aos direitos. Para as mulheres negras, a violência aparece intensamente no convívio societário a partir de estigmas, advindos da herança colonialista, e conduções que desumanizam suas experiências, tendo como exemplo a gestação.

Ao focarmos no processo gestacional das mulheres racializadas, percebe-se que o seu acesso ao sistema de saúde é totalmente deficitário, já que, Oliveira e Albuquerque (2018, p.45) apontam para uma diferenciação de tratamento dos agentes da saúde, baseado exclusivamente em alguma condição pessoal do sujeito como orientação sexual, raça, cor, sexo, idade, religião, renda, dentre outras que interferem nos cuidados médicos devidos e que torna essas mulheres mais suscetíveis a violência inerente desse processo que caracteriza-se como violência obstétrica. Para além disso, essa violação leva em conta fatores de segregação como a idade, situação econômica e outros, tornando tais grupos ainda mais vulneráveis. Dessa maneira, a gestante que estiver na condição de mulher negra e pobre provavelmente estará mais exposta ao risco de ser violentada por situar-se em subgrupos discriminados.

Assim, levando em conta essas questões, o presente trabalho empenha-se em entender como a particularidade da condição da mulher negra no Brasil culmina em maiores condições truculentas, tornando-as os maiores alvos de ações desumanas, racistas e vexatórias somente pela sua condição racial.

Dessa forma, o fenômeno da violência obstétrica envolve questões que estão para além desse momento presente, mas que traz consigo concepções e heranças preconceituosas que ainda percebem essas mulheres sobre a luz da objetificação e animalização, resultando em práticas que violam o seu ser enquanto mulher e pessoa negra.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 O RACISMO DA DEMOCRACIA CAPITALISTA: A PARTICULARIDADE DA CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL

A sociedade brasileira mesmo após 135 anos da abolição da escravatura ainda escancara as marcas históricas se faz presente para a população negra, uma vez que estes, em sua maioria, ainda vivem imersos na subalternidade em uma realidade que defende falsamente o discurso de plena democracia e condições dignas para todos. Corroborando com esse raciocínio, Juara Castro da Conceição (2021) aponta que a memória e imaginário brasileiro ainda compreendem a escravidão simplesmente como um momento histórico do país, sem dimensionar e racionalizar os impactos sociais, morais, políticos e psicológicos sofrido por esses sujeitos. A falta desse entendimento é um efeito latente de uma leitura da conjuntura social que defende a existência de uma democracia racial que se caracteriza, segundo Barros (2021, p.3), como uma concepção que inseriu na mentalidade brasileira a inexistência do racismo e a ideia de que todos os brasileiros possuem oportunidades iguais, visto que as relações raciais são harmônicas. Em decorrência disso, os negros são envolvidos por essa “falsa consciência” que minimiza os preconceitos raciais e fortalece o fundamento ideológico da classe dominante, onde para essa população resta somente a vivência imersa em desigualdades, como indica Conceição (2021):

“(…) alforriar pretos sem preocupação com sua recolocação social, intelectual e humana é contribuir para que negros e negras sigam em posições de vulnerabilidade, que é o que acontece até hoje. O Brasil segue sendo um país em que milhares de pessoas vivem em “situações análogas à escravidão” e não é coincidência que a maioria delas sejam pretas. A fictícia “abolição da escravatura” não significou melhora na vida dos “ex-escravizados”, pois nunca houveram políticas públicas massivas de reparação social para pessoas pretas. Muito pelo contrário, vivemos em uma sociedade profundamente desigual e isso segue sendo confortável para a elite branca brasileira”. (CONCEIÇÃO, 2021)

A partir disso, faz-se necessário entender que esse contexto não se dá de modo geral para as pessoas racializadas e que por isso o recorte de gênero é imprescindível para compreender a vivência da mulher negra nessa democracia capitalista. Primeiramente, devemos nos orientar pela lógica de Saffioti (1987, p. 52)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que aponta que “[...] Na ‘ordem das bicadas’ neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra.”, ou seja, violações que reverberam em todas as instâncias das suas vidas, seja ela racial, sexual, educacional, gestacional e outros. Por meio desse nexo, assimila-se que a existência das negras é marcada por dois estigmas: o patriarcado e o racismo, em que essa primeira questão apontada, de acordo com Saffioti (2015) corresponde a uma estrutura de poder que desfavorece relação entre mulheres e homens, dado que se pauta na concepção de que o gênero masculino sempre deve estar em um lugar de dominação, e ao incluirmos a questão racial nessa problemática identifica-se que essa relação de dominação e exploração em relação a mulher não se limita somente ao patriarcado, pois a realidade brasileira traz à tona o caso da miscigenação e do mito da democracia racial que faz com que essas duas questões coexistam na realidade das negras, como esclarece Sueli Carneiro (2019):

“As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (...) Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo.” (CARNEIRO, 2019, p.314)

Desta forma, Bell Hooks (2015) expõe que a mulher racializada foi não socializada para oprimir pelas razões de gênero, raça e classe, colocando-a em um lugar extremamente vulnerável e passível de toda forma de violência. Baseado nisso, essas mulheres tem a sua vivência marcada por hostilidades que abarcam desde a questão física, sendo elas as maiores vítimas de violência doméstica e feminicídio, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 que aponta, entre as vítimas de feminicídio, 37,5 % são brancas e 62% são negras e, nas mortes violentas, 70,7% são negras e 28,6% são brancas, no acesso à saúde em que entre as pessoas que se sentiram discriminadas no serviço de saúde, 11,6% são mulheres e 11,9% são

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

da cor preta de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) divulgada em 2013, direitos sexuais e outros.

Para além dessas expressões concretas de violência e preconceito, as mulheres negras ainda estão são rodeadas de estereótipos que reforçam a sua subalternização enquanto indivíduo social. Essas concepções infundadas sobre elas permitiu que o imaginário social construísse uma imagem negativa que busca colocá-las em situações humilhantes e vexatórias, como a ideia, assentada nas heranças coloniais, de que “brancas são para casar, mulatas para fornicar e negras para trabalhar”. Já no âmbito da saúde essas questões se tornam mais claras ao constatar que parte significativa das condutas médicas provêm do pressuposto de que as pessoas negras são mais resistentes a dor, e no caso das mulheres em processo de parir, há a vivência de sofrimento desnecessário além de serem usadas comumente como meio de aprendizagem para técnicas defasadas e perigosas como a episiotomia pelo simples fato de serem racializadas.

Desse modo, apreende-se que a questão de raça e gênero se entrelaçam para fortalecer profundamente as diversas e complexas violências às quais as mulheres pretas estão sujeitas na sociedade brasileira com o agravamento de que elas são deixadas em um lugar de esquecimento e abandono proposital, em razão de uma realidade que ainda é invisível e não nomeada colocando possíveis melhorias em um plano distante da realidade concreta.

2.1 A DIMENSÃO RACIAL DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A mulher negra na sociedade brasileira é permeada por diversas questões que tornam a sua vivência lancinante e a violência obstétrica é um exemplo desta afirmativa. A partir dessa perspectiva, nota-se que a cor da pele/raça, classe social e gênero determinam o modo de atender as necessidades de saúde da mulher, especialmente a negra, que em comparação com a mulher branca, é extremamente negligenciada, devido à forte presença do preconceito racial que se manifesta de inúmeros modos. Diante de tais fatos, percebe-se que uma das expressões das

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

violações sofridas por essas mulheres racializadas é a violência obstétrica, que segundo Schraiber et al. (2009) advém da cultura institucional que se alicerça em estereótipos de classe e gênero e naturaliza práticas desumanizadas. Por conseguinte, faz-se necessário entender a definição dessa violência, que segundo Ferreira (2018):

“[...] destaca-se por ser um tipo específico de violência contra a mulher, é considerada uma violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto, que inclui a perda da autonomia e decisão sobre seus corpos, além de compreender o uso excessivo de medicamentos e intervenções no parto, como a realização de práticas dolorosas e desagradáveis que não possuem embasamento científico. Alguns exemplos dessas práticas são tricotomia raspagem de pelos pubianos), indução do trabalho de parto, episiotomias de rotina (corte cirúrgico feito na região do períneo feminino), realização de enema (lavagem intestinal) e a proibição do direito ao acompanhante escolhido pela mulher durante o trabalho de parto. Não existe definição única para esse tipo de violência.” (FERREIRA, 2018, p. 9-10).

Para além disso, essa violação não se limita somente à dimensão física, como aponta o Dossiê de Violência Obstétrica “Parirás com dor” (2012), mas engloba os aspectos psicológicos (ameaças, tratamento hostil, gritos e humilhação intencional), sexuais, institucionais, materiais e midiáticos.

Aprofundando o viés racial da problemática, observa-se que a gestação de mulheres negras é atravessada por condutas insuficientes, violações e estereótipos de raça. Em primeiro lugar, a gravidez é um processo que necessita de cuidados antes, durante e depois do ato de parir com o propósito de garantir o bem-estar e saúde da mãe e do bebê. Contudo, quando analisamos esse processo sendo a figura central a mulher negra verifica-se que as condutas médicas são deficitárias, como aponta Leal et al. (2017, p.10) em que mulheres pretas e pardas têm um pré-natal com poucas consultas e exames, resultando também em menos orientações sobre o parto, o que as leva a um maior sofrimento. Somado a isso, Marques (2021, p.6,7) aponta que parte significativa das consultas dessas gestantes são mais rápidas que o indicado, com menos orientações sobre o processo do parto e suas possíveis complicações, além do fato de alguns pré-natais não realizarem as indicações de exames essenciais que podem detectar possíveis complicações capazes de serem

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



tratadas. Sendo assim, a gravidez negra encontra-se envolvida em riscos desnecessários devido a comportamentos que refletem o menosprezo com a saúde da população negra no Brasil, o que resulta em índices preocupantes como apontam os dados da campanha “SUS sem racismo”, do Ministério da Saúde em 2014, em que cerca de 60% das vítimas de mortalidade materna no país são negras.

Ademais, identifica-se que mesmo diante de um momento tão sensível e importante como a gestação, o efeito da posição social da mulher racializada acarreta em abusos que reafirmam a sua subvalorização na sociedade brasileira e a naturalização da violência em seu cotidiano. Nessa lógica, Sueli Carneiro (apud Lima, 2019, p.57) reitera que a raça rebaixa a questão de gênero e que essa opressão interfere claramente nas condições de vida, através da discriminação, da rejeição da cidadania e direitos humanos e em razão disso que se torna tão considerável dar o caráter racial a esta problemática, já que diante dos dados apresentados constata-se que as negras e pardas estão mais propícias a sofrerem essa violação tipificada como violência obstétrica pelo simples fato de advir de uma realidade que pauta-se em uma falsa democracia racial e organiza diferentes mecanismos para submeter essa população a desumanidade, vexação e irrespeito.

No cenário da gravidez, tais fatos aparecem para as negras e pardas com a estereotipagem dos seus corpos, como aponta Lima (2019, p. 90) quando atesta que as mulheres brancas são infantilizadas e as negras animalizadas, e que por consequência as colocam em circunstâncias nocivas para a sua integridade física, sobretudo no momento de parir. A partir desse dilema Marques (2021, p.7) evidencia que as parturientes negras tendem a ser mais estereotipadas e privadas da atenção dos profissionais, pois se parte do pressuposto, pautado no senso comum, que essas gestantes são mais resistentes a dor pelo simples fato de serem negras e por isso muitas condutas médicas rejeitam o uso de analgesia/anestesia ou fazem o uso delas em excesso ocasionando a perda de consciência, e além de tudo, a autora ainda relata que ocorreram situações em que as lacerações do períneo foram suturadas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sem anestesia provocando um sofrimento desnecessário e totalmente arriscado dado que essa condução não se justifica teoricamente.

Portanto nota-se que estes procedimentos possuem um explícito cunho racista uma vez que se justificam por meio de uma concepção infundada que enxergam o corpo preto por um viés sub-humano, já que não há um dimensionamento dos impactos desses atos nos diversos âmbitos da vida dessas pessoas. Inclusive, para além das violações já expostas, essas mulheres ainda estão sujeitas, dentro da lógica da medicina, a serem “objetos” de treinamento de procedimentos, como fórceps, episiotomia e até cesarianas como demonstra Diniz et al. (2015, p.8), pois na lógica da ordem social e hierarquia sexual isso é justificável devido ao lugar de extrema vulnerabilidade em que estão alocadas na organização gregária, visto que é um efeito que têm raízes nas disposições coloniais de separam o que é humano e não humano.

Em continuidade, é importante salientar que essa problemática se encontra imbricada com a questão do racismo institucional. Previamente, o racismo institucional tal como define Werneck (2016, p.128) se configura na ineficiência das instituições de oferecer um serviço profissional de qualidade para as pessoas em razão da sua origem racial, étnica e cultural manifestando-se a partir de práticas e condutas discriminatórias que resultam de um preconceito racial permeado de estereótipos, falta de atenção e extrema ignorância e que por consequência acaba colocando os indivíduos racializados em situação de desvantagem no acesso ao seu direito constitucional garantido, isto é, a saúde. À vista disso, com o enfoque no período gestacional, as mulheres negras são expostas a condutas e procedimentos médicos que infligem a sua integridade física, psicológica e moral já que há uma naturalização e reprodução de atos discriminatórios que repercutem na minimização das queixas, orientações, uso de medicamentos e anestésicos favorecendo a ocorrência de complicações e fatalidades durante o parto, como expressa a análise de Marques et al. (2021, p.8) que quando comparada com as mulheres brancas, as negras possuem 65% mais chances de falecer por causas relacionadas à gravidez, parto ou pós-parto.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Desta maneira, a manifestação do racismo institucional reforça uma organização social que constrói diferentes mecanismos de opressão para a população negra, o que impacta até o momento mais sensível de um ser humano, enquanto mulher, pessoa negra e mãe. Destarte, a violência obstétrica adquire nuances que tornam o período da gravidez extremamente tormentoso para essa gestante uma vez que lhe é negado o direito de focar a sua atenção na manutenção da sua saúde e preparação para os cuidados com o bebê, já que lhe são ofertados “cuidados” defasados e orientados a promover um sofrimento desnecessário pois ao se tratar de uma parturiente negra os comportamentos apresentados pelos funcionários e instituições de saúde revisitam as heranças escravocratas e coloniais ainda tão latentes na sociedade brasileira, em que essa mulher é posta violentamente em um lugar animalizado que nega as suas opiniões, dores e saúde, reforça estereótipos injustificáveis e a desqualifica enquanto um sujeito garantido de direito à saúde universal e igualitária.

3 CONCLUSÃO

A partir do exposto, verifica-se que a violência obstétrica se transveste de objeções que vão além do período gestacional. As ações propagadas nas instituições de saúde reverberam a maneira como a sociedade brasileira percebe as mulheres negras, como pessoas socializadas para ocupar posições vulneráveis, estigmatizantes e deslocadas da noção de humanidade e respeito, visto que são submetidas a experiências que arruinam seus direitos, integridade física e psicológica.

Somando a isso, a existência das mulheres negras é marcada pelas expressões da violência, legado sórdido da escravidão que as deixam a mercê de uma estrutura social organizada para promover desventuras que lhes atingem enquanto mulheres racializadas, pois são elas as maiores vítimas coerção proposital, feminicídio e violência obstétrica.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por fim, faz-se necessário destacar que para as problemáticas vivenciadas por esse grupo social é designado o silenciamento e abandono como ressalta Akotirene (2019, p.40) ao dizer que o desprestígio das lágrimas de mulheres negras invalida seu o pedido de socorro, já que a proposição de um debate social e governamental acerca das implicações da violência no período gestacional inexistente em função da naturalidade que as entidades médicas impregnam nessa questão. Assim, um processo tão marcante como a gravidez torna-se mais um instrumento de violência para as negras na medida em que objetificam seus corpos, desumanizam as ações médicas e as colocam em uma posição de sub-humanidade.

REFERÊNCIAS

_____. Senado Federal. Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. Violência Obstétrica “Parirás com dor”. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%20vcm%20367.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____, Ministério da Saúde. Campanha SUS sem Preconceito. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/34777-campanha-mobiliza-a-populacao-contr-oracismo-no-sus>. Acesso em 11 jun. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARROS, Rhayra Melo Ribeiro de Carvalho. MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA: corpos que importam menos?. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas: trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia**. São Luís, p. 1-14, 16 a 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/>. Acesso em: 20 jun. 2023

BATISTA, L.E. Masculinidade, raça/cor e saúde. **Cienc. Saude Colet.**, v.10, n.1, p.71-80, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org). Pensamento feminista - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CONCEIÇÃO, Juara Castro da. **Não existe abolição sem reparação.** Elas tem poder, 2021. Disponível em: <https://www.elastempoder.com/post/n%C3%A3o-existe-aboli%C3%A7%C3%A3o-sem-repara%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 de jun. 2023.

DINIZ, Simone Grilo et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. **J Hum Growth Dev**, v. 25, n. 3, p. 377-376, 2015.

FERREIRA, Vitória de Miranda. Mãe Preta, estudo sobre o índice de violência obstétrica entre as mulheres negras. In: **Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros**. 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Depois da democracia racial.** Tempo Social, Revista de Sociologia USP, v. 18, n. 2, p. 269 – 287, nov., 2006.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, 2015, p. 193-210.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, 2017.

LIMA, Tatiane Michele Melo de. Violência obstétrica: as disputas discursivas e a luta das mulheres. 2019.

MARQUES, Giovana Oliveira. Violência obstétrica contra mulheres negras. 2021.

MOURA, Ana. Violências, racismo e sexismo aprofundam abismo social de negras brasileiras. **Conselho Nacional de Justiça**. 20 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencias-racismo-e-sexismo-aprofundam-abismo-social-de-negras-brasileiras/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

OLIVEIRA, Lualica Gomes Souto Maior de. Violência obstétrica e direitos humanos dos pacientes. 2018.

SAFFIOTI, H. B. I. **Gênero, patriarcado, violência.** 2 ed . São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. B. I. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1019-1027, 2009.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, v. 25, p. 535-549, 2016.)

PROMOÇÃO



APOIO